

A Atividade da Junta de Educação Nacional

AUGUSTO JOSÉ DOS SANTOS FITAS · JOÃO PRÍNCIPE
MARIA DE FÁTIMA NUNES · MARTHA CECÍLIA BUSTAMANTE (EDS.)

QUINTINO LOPES*

CONGRESSOS CIENTÍFICOS: A JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL (JEN) E AS REDES INTERNACIONAIS DE COMUNICAÇÃO EM CIÊNCIA¹
SCIENTIFIC CONGRESSES: THE NATIONAL EDUCATION BOARD (JEN) AND THE INTERNATIONAL COMMUNICATION NETWORKS IN SCIENCE

Abstract: Scientific meetings and conferences began to play an important role in the setting up of transnational communication networks in the early 20th century, signalling the emergence and growth of scientific research as a profession. From 1929 to 1936, the National Education Board sought greater involvement for Portugal in such networks through the subsidization of Portuguese representation at various international meetings which were held. A lack of resources prevented the goal of ensuring the kind of representation worthy of science produced at the domestic level from being achieved, and in the event Portuguese involvement remained at a low level, both in terms of the number of meetings held and the number of Portuguese scientists who receiving funding for participation at meetings. Nevertheless, the profile of scientists who did take part in this process and the demands made on them by the state as part of the process of applying for funding are indicative of its concern to promote its prestige at the international level.

Keywords: National Education Board; scientists, scientific meetings.

* Doutorando em História e Filosofia da Ciência (UE-CEHFCi). Até 31 de Março de 2012 foi bolseiro do projecto HC/0077/2009, a partir de 1 de Abril de 2012 é bolseiro de doutoramento da FCT; e-mail: quintinolopes@iol.pt.

¹ This work is financed by funds FEDER through the Operational Competitiveness Factors Program (COMPETE) and national funds through FCT (Foundation for Science and Technology) by the project HC/0077/2009. Este trabalho é tributário da contribuição do Professor Doutor Augusto José dos Santos Fitas e da Professora Doutora Maria de Fátima Nunes.

JEN: objectivos e práticas

Criada pelo decreto n.º 16:381 de 16 de Janeiro de 1929, por iniciativa do Ministro da Instrução Pública Gustavo Cordeiro Ramos, a Junta de Educação Nacional (JEN) visa a modernização da cultura nacional e a renovação pedagógica, científica e económica do país².

Este discurso interno da instituição, patenteado no primeiro *Relatório dos trabalhos efectuados* (1928/1929), encontra correspondência no espaço público, nomeadamente por intermédio de Marcelo Caetano. Na *Nação Portuguesa. Revista de Cultura Nacionalista*, o então secretário da redacção, entendendo a JEN, em Fevereiro de 1929, como a medida “... mais notável de quantas têm sido publicadas pelo Ministério da Instrução depois do 28 de Maio”³, afirma dever a Junta “... estreitar mais as relações que prendem Portugal ao mundo culto, arejando o nosso tão viciado ambiente intelectual e tornando possível uma renovação do acanhado e estreito espírito das nossas Universidades”⁴.

Curiosamente, nem Luís Robertes Simões Raposo, a quem, enquanto primeiro secretário da JEN, estava incumbida a elaboração dos relatórios anuais⁵, nem Marcelo Caetano, têm a preocupação de explicitar em que consiste a renovação pedagógica e científica nacional. Na perspectiva do estreitamento de relações com o *mundo culto*, entendemo-la como a *europeização* da nossa vida intelectual⁶.

Fora esse o seu entendimento, e existisse um contexto económico, social, político e cultural favorável, e no campo pedagógico poderíamos ter assistido a um esforço sério para implementar medidas como as que tinham lugar em Espanha. Aí, fruto da acção da Junta para Amplicación de Estudios e Investigaciones Científicas (JAE)⁷, ocorriam reformas e inovações educativas num contexto aberto às novi-

² (JEN, 1931: 9-16).

³ (CAETANO, 1929: 167).

⁴ (CAETANO, 1929: 167).

⁵ Tendo falecido a 10 de Maio de 1934, Simões Raposo foi substituído nas suas funções por Francisco de Paula Leite Pinto (JEN, 1935: 9).

⁶ De notar que, dada a multiplicidade de regimes políticos e ideológicos vigentes na Europa em finais dos anos 20 e inícios da década de 30, e consequentes orientações pedagógicas e científicas, o conceito de *europeização* permite o surgimento da dúvida sobre qual a *orientação* a adoptar.

⁷ Criada em Janeiro de 1907, e vindo-se a assumir como a grande referência para a nossa Junta, a JAE é ainda hoje entendida por grande parte da historiografia espanhola como uma das experiências de promoção e organização da educação e da actividade científica mais brilhante que teve lugar na História de Espanha (SÁNCHEZ RON, [s.d.]: 1-6). Vd. também (CALANDRE HOENIGSFELD, 2008: 7-16) e (VIÑAO, 2007: 11-20).

dades, ideias e correntes pedagógicas que tinham lugar noutros países europeus, como sejam, entre outras, a promoção do diálogo professor-alunos, a elaboração de trabalhos de grupo, a realização de experiências de laboratório, a supressão de exames baseados na memorização, as saídas de campo e excursões como recursos didácticos, as salas de aula congregando rapazes e raparigas, e inclusivamente a “... criação de grandes colégios, adscritos a institutos e universidades, com internato, jogos higiénicos, zelosos instrutores e demais excelências dos estabelecimentos ingleses similares”⁸.

Bastar-nos-ia atender a 1936, ano de extinção da JEN, e às reformas educativas promovidas pelo ministro António Faria Carneiro Pacheco, para verificarmos como, caso as tenha havido, as ilusões em breves anos se desvaneceram⁹. De qualquer modo, mesmo antes do magistério de Carneiro Pacheco, já na Ditadura Militar se havia legislado num sentido inverso ao verificado em Espanha com a actuação da JAE. Por exemplo, logo em 8 de Junho de 1926 se determina que em todos os centros populacionais com mais de 9500 habitantes se proceda à separação dos sexos nas escolas primárias elementares, determinação que se mantém durante e após o período de funcionamento da JEN. Relativamente à formação dos professores primários, e pela análise dos “postos de ensino” criados pelo ministro Cordeiro Ramos em 30 de Novembro de 1931, no entender de Rómulo de Carvalho não havia grande preocupação com a sua preparação científica e pedagógica¹⁰.

Independentemente destas constatações houve um esforço da Junta que deve ser assinalado, sendo-lhe imputada no seu Regulamento a atribuição de apoiar, organizar e promover as pessoas e instituições «destinadas a trabalhos de investigação e propaganda científica por cujo intermédio especialmente se amplie o quadro dos estudos, se facilite a adaptação destes às necessidades do País, se auxilie o desenvolvimento da cultura nacional e se aperfeiçoem os métodos de educação», bem como garantir a representação ao «Governo, e a quaisquer outras entidades da sua própria iniciativa sobre assuntos de educação»¹¹.

⁸ (Ocón Cabrera, 2007: 73-74), Vd. também (Viñao, 2007: 21-44) e (Mainer; Mateos, 2007: 198-209).

⁹ Pela Lei n.º 1:941 de 11 de Abril de 1936, Base II, é criada a Junta Nacional de Educação, cuja 7.ª Secção constitui o Instituto para a Alta Cultura, o qual substitui a JEN (*Diário do Governo*. I Série – N.º 84, Sábado, 11 de Abril de 1936). Esta lei e outros decretos-lei de 1936 e 1937 imprimem, nas palavras de Fernando Rosas, um cunho ideologizado ao ensino, sobretudo aos níveis primário e secundário, com o estabelecimento de programas de ensino politizados, com o saneamento político dos corpos docentes e a adopção de livros únicos oficiais (ROSAS, 1994: 281-283).

¹⁰ (Carvalho, 1996: 719-813).

¹¹ (JEN, 1931: 29-30).

No ano de 1930/31 a legislação por que se rege a JEN sofre alterações, nomeadamente no sentido de ainda lhe ser atribuída a promoção do aperfeiçoamento artístico¹².

Recursos financeiros da JEN: tendências e prioridades

O programa descrito exigiria certamente a disponibilização de elevados recursos, algo que pela análise das Contas da Gerência verificamos não se concretizar.

Uma primeira análise revela-nos um orçamento extremamente limitado. As palavras que Agostinho de Campos, presidente substituto da JEN, publica no *Diário de Notícias* de 17 de Fevereiro de 1930 são por de mais elucidativas dessa realidade: “A Junta é rica de programa e pobre de recursos, dependente como está dum orçamento de mil contos anuais, menos de metade do que em 1907 foi atribuído ao simples capítulo das pensões de estudo fora do País. A Junta não pode construir para o futuro, porque nem sequer sabe se o tem”¹³.

TABELA 1¹⁴
Contas da Gerência da JEN (em escudos)

| Ano Económico | Total da Receita | Despesa com Subsídios para “Serviços de Expansão Cultural e Intercâmbio Intelectual” | % |
|-----------------------|------------------|--|----|
| 1928/29 | 300.000 | 55.000 | 18 |
| 1929/30 | 1.000.000 | 161.498 | 16 |
| 1930/31 | 1.469.750 | 133.484 | 9 |
| 1931/32 | 1.501.900 | 100.000 | 7 |
| 1932/33 | 1.555.316 | 154.905 | 10 |
| 1933/34 | 1.923.879 | 177.000 | 9 |
| 1934/35 ¹⁵ | 2.011.900 | 360.000 | 18 |
| 1936 ¹⁶ | 3.220.600 | 788.500 | 25 |

A mesma ordem de ideias é patenteada pela análise comparativa com o caso espanhol, possível de realizar graças ao Relatório que o novo secretário-geral, Leite Pinto, apresenta à Direcção em Janeiro de 1936, onde sintetiza a sua missão

¹² (JEN, 1932: 25-26).

¹³ (Campos, 1930: 1).

¹⁴ (JEN, 1931; 1930; 1932; 1933; 1934; 1935; 1938) e (IAC, [s.d.]).

¹⁵ Face à ausência do mapa detalhado da Conta da Gerência de 1934/35, os elementos foram retirados do orçamento da JEN inscritos em (JEN, 1938: 69).

¹⁶ Face à ausência do mapa da Conta da Gerência de 1936, os elementos foram retirados do projecto de orçamento da JEN para o ano económico de 1936 inscritos em (JEN, 1938: 74-77).

de estudo, no ano económico de 1934/35, às instituições congéneres da JEN em Madrid e Bruxelas. No respeitante ao orçamento da JAE no ano de 1933 somos confrontados com o valor de 3.649.721 pesetas¹⁷, o que, atendendo à média da taxa de câmbio desse ano, correspondia a 10.041.587 escudos¹⁸. Ou seja, face à JEN, que dispunha no ano económico de 1933/34 de 1.923.879 escudos de orçamento, equivalente a 0,09% do orçamento geral do Estado e a 1,1% do orçamento do Ministério da Instrução Pública, a JAE contava, na promoção da educação e ciência espanholas, com um orçamento superior em 5,2 vezes¹⁹.

Mesmo excluindo a noção de que em Espanha, com o decorrer do tempo, se foram criando novas Juntas para promover objectivos atribuídos inicialmente de modo exclusivo à JAE²⁰, a verdade é que perante tamanha disparidade de recursos não será de estranhar depararmos-nos sistematicamente, nos *Relatórios dos Trabalhos Efectuados* da JEN, com queixas de impossibilidades em cumprir plenamente os objectivos que lhe são incumbidos²¹.

Apesar de tudo, a procura da sua prossecução existiu, sendo possível verificar a distribuição das suas prioridades no **Gráfico 1**²²:

Se exceptuarmos os anos económicos de 1934/35 e 1936, onde, como mencionámos nas devidas anotações, não possuímos os valores exactos das receitas e despesas da Junta²³, verificamos uma notória primazia na atribuição de bolsas de estudo no estrangeiro.

¹⁷ (JEN, 1938: 202).

¹⁸ A média da taxa de câmbio de 1933 foi de: 1 peseta espanhola = 2.75133 escudos ([http://www.bportugal.pt/EstatisticasWEB/\(S\(phg5bn45t1ufmaqczcksojh\)\)/SeriesCronologicas.aspx](http://www.bportugal.pt/EstatisticasWEB/(S(phg5bn45t1ufmaqczcksojh))/SeriesCronologicas.aspx), por nós consultado em 21/03/11).

¹⁹ De notar que se tivéssemos recorrido à receita da JEN para 1932/33, de 1.555.316 escudos, a diferença seria ainda maior. O orçamento geral do Estado português para o ano económico de 1933/34 era de 2213 987557\$32, sendo atribuído ao Ministério da Instrução Pública 175188664\$96 (<http://213.58.158.153/OE-1933/1/index.html>, por nós consultado em 23/07/11). A omissão dos valores do orçamento do Estado espanhol, que nos permitiria uma análise comparativa em termos proporcionais, deve-se ao seu desconhecimento, que se procurará colmatar futuramente.

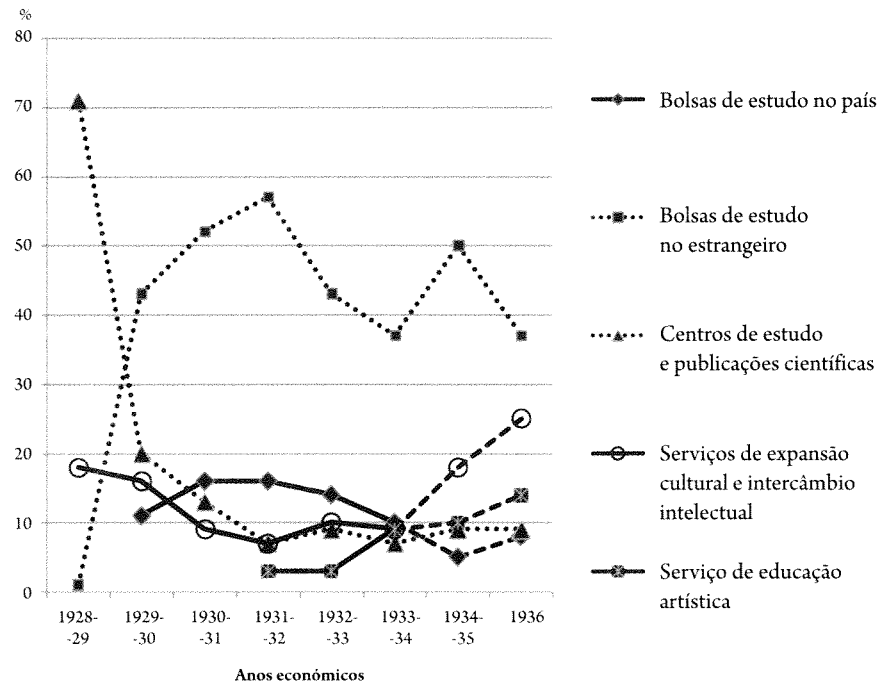
²⁰ São exemplificativas a Junta de Relaciones Culturales, criada por decreto de 27 de Dezembro de 1926, e a Fundacion Nacional para Investigaciones Cientificas y Ensayos de Reforma, fundada em 13 de Junho de 1931 (JEN, 1938: 174, 204-210).

²¹ (JEN, 1930: 14-15), (JEN, 1932: 22-23), (JEN, 1933: 12-14), (JEN, 1934: 12-15), (JEN, 1935: 10-12, 15), (JEN, 1938: 13-16, 63-73) e (IAC, [s.d.]: IX-XV).

²² Gráfico elaborado com base nos dados das “Contas da Gerência” apresentados em (JEN, 1931; 1930; 1932; 1933; 1934; 1935; 1938) e (IAC, [s.d.]).

²³ Vd. notas 14 e 15.

GRÁFICO 1
% de Despesa face à Receita Total



Os “Serviços de Expansão Cultural e Intercâmbio Intelectual”, que nos interessam particularmente por congregarem a representação nacional em congressos e outras reuniões científicas, saldaram-se por uma média de despesa face à receita total, entre 1928/29 e 1933/34, de apenas 10%. Numa perspectiva diacrónica, para os primeiros 6 anos económicos em análise, constata-se que foi nos 2 primeiros que se despenderam, proporcionalmente, as quantias mais elevadas neste item, representando 18% e 16% do total da despesa, respectivamente. Após 4 anos de custos representando somente 8,76% do total da receita, seguiu-se um orçamento para 1934/35 prevendo 18% das despesas totais. Finalmente, no projecto de orçamento para 1936, estes Serviços de Expansão Cultural e Intercâmbio Intelectual atingiram o seu valor mais elevado de sempre, quer na quantia efectiva, quer proporcionalmente, representando a sua despesa um quarto do valor orçamentado na receita.

Subsídios da JEN na representação nacional em congressos científicos: Estratégias definidas e percentagens de participação

As considerações atrás enunciadas poder-nos-iam conduzir na percepção de uma representação portuguesa subsidiada pela Junta, em congressos científicos nacionais e internacionais, relativamente significativa em 1928/29 e 1929/30, e finalmente nos seus dois últimos anos de actividade, em 1934/35 e 1936. Contudo, além da representação em causa, os serviços de Expansão Cultural e Intercâmbio Intelectual abrangem outros âmbitos, que nos obrigam a uma análise de maior rigor. Definidos logo desde o início de actividade da JEN, no desenvolvimento do seu Regulamento, estão desdobrados, entre outros, nos seguintes parâmetros: promoção de intercâmbio de cientistas nacionais e internacionais visando realização de conferências, missões de estudo de curta duração a instituições científicas em Portugal e no estrangeiro, concretização de cursos de férias para difusão da cultura científica nacional e subsidiação de congressos científicos em Portugal²⁴.

A estes parâmetros juntou-se a criação ou o desenvolvimento, no ano económico de 1930/31, do ensino da língua portuguesa em universidades estrangeiras, do qual se esperava “...um grande papel nas relações culturais, na melhoria da nossa propaganda internacional [e] na expansão da literatura pátria”²⁵.

No *Relatório dos trabalhos efectuados em 1933/34* somos mesmo confrontados com a afirmação de que “está certa a Comissão Executiva de que o serviço do ensino e expansão do português nas Universidades estrangeiras é um daqueles que devemos colocar em primeiro lugar”²⁶. Ou seja, assumindo a primazia das preocupações nos serviços de expansão cultural portuguesa, os leitorados são mais um factor explicativo de uma representação nacional subsidiada pela Junta, nos congressos e conferências científicas, que se salda pela situação evidenciada na **Tabela 2**.

Constatamos, por um lado, que no período compreendido se verifica a realização de um número muito elevado de congressos e conferências científicas nacionais e internacionais (584), resultante do processo de profissionalização da ciência que vinha ocorrendo desde o século XIX²⁷. Por outro lado, fruto da conjugação dos diversos factores que têm vindo a ser enunciados, onde impera a escassez de recursos disponibilizados pela Junta para assegurar a representação portuguesa nesses

²⁴ (JEN, 1931: 41-43).

²⁵ (JEN, 1930: 18), (JEN, 1932: 228).

²⁶ (JEN, 1935: 11-12).

²⁷ (Curbera Costello, 2007: 363-364).

eventos científicos, este organismo estatal somente consegue que essa presença sob o seu apoio se pautar pelos 5%.

Numa análise diacrónica, agora passível de maior rigor, verificamos que em 1929 e 1930 a representação em causa, em termos absolutos, não supera a registada em 1931, pautando-se em cada um destes dois últimos anos essa presença em 8 congressos internacionais, o que constitui o valor mais elevado durante o período de funcionamento da JEN. Tal constatação é particularmente relevante quando relembramos que as despesas efectuadas com os “Serviços de Expansão Cultural e Intercâmbio Intelectual”, em 1930/31, representam somente 9% do total da receita da Junta para esse ano económico, face aos 18% e 16% aplicados em 1928/29 e 1929/30, respectivamente.

TABELA 2
Financiamento da JEN para a Representação Portuguesa nos Congressos e Conferências Científicas Nacionais e Internacionais entre 1929 e 1936

| Ano | Número de Congressos e Conferências Científicas ²⁸ | Número de Congressos e Conferências Científicas com Representação Portuguesa Subsidiada pela JEN ²⁹ | %% | Número de Congressos e Conferências Científicas com Representação Portuguesa Beneficiando de um Apoio da JEN Diverso do Item “Representação em Congressos” ³⁰ |
|--------------|---|--|----------|--|
| 1929 | 57 | 0 | 0 | 0 |
| 1930 | 76 | 8 | 11 | 2 |
| 1931 | 101 | 8 | 8 | 0 |
| 1932 | 88 | 5 | 6 | 0 |
| 1933 | 77 | 1 | 1 | 2 |
| 1934 | 87 | 0 | 0 | 1 |
| 1935 | 95 | 5 | 5 | 0 |
| 1936 | 3 | 1 | 33 | 0 |
| Total | 584 | 28 | 5 | 5 |

²⁸ Coluna elaborada com base em fontes e bibliografia diversa, destacando-se a consulta de periódicos especializados da época, nacionais e internacionais. A listagem recolhida respeita a todos os congressos e conferências científicas, ocorridas entre Janeiro de 1929 e 10 de Abril de 1936, que se realizaram em Portugal e no estrangeiro. Relativamente a estes últimos eventos apenas foram contabilizados aqueles sobre os quais os dados nos indicavam assumir um carácter internacional, pelo facto de contarem com a presença de cientistas de várias nacionalidades.

²⁹ Coluna elaborada com base nos dados apresentados em (JEN, 1931: 115-116), (JEN, 1930: 111-161), (JEN, 1932: 185-245), (JEN, 1933: 263-339), (JEN, 1934: 189-202), (JEN, 1935: 238-249), (JEN, 1938: 156-169), (IAC, [s.d.]: 73-95). De notar que registámos somente as presenças até à entrada em vigor da Lei n.º 1:941 de 11 de Abril de 1936.

³⁰ Coluna em elaboração, pressupondo a sua conclusão a análise da totalidade dos capítulos dos relatórios anuais da Junta.

Portanto, como referido anteriormente, as várias práticas incorporadas nestes serviços não permitem estabelecer, numa análise cronológica, relações lineares de causa/efeito entre o valor proporcional das despesas e o número de congressos científicos cuja representação nacional contou com o subsídio da Junta. Nessa perspectiva se verifica que com a criação dos leitorados, e o papel de destaque que se lhes confere, o número de congressos atendidos por cientistas portugueses beneficiando de apoio da JEN específico para esse fim vai diminuindo gradualmente até contabilizar zero presenças em 1934, quando os gastos orçamentados com os serviços de expansão cultural para o ano económico de 1934/35, face às despesas de 1933/34, duplicaram dos 9% para os 18%.

Estas conclusões estão patentes no próprio discurso da instituição, nomeadamente no *Relatório dos trabalhos efectuados em 1933/1934*. Na sua elaboração, o novo secretário-geral afirma que

«o ensino português nas universidades estrangeiras absorve-nos a quase totalidade da verba de expansão cultural. Muito pouco nos fica para missões de curta duração, a que não poderemos consagrar mais duma escassa dezena de contos; e foi forçoso e doloroso suspender a concessão de subsídios para representação em congressos, embora esta função esteja claramente prevista no nosso regulamento. Já no último ano se concedeu um único e modesto subsídio para congressos; cinco apenas em 1932-33, em contraste com o que a Junta pudera fazer nos primeiros anos, quando os serviços de expansão portuguesa ainda eram inexistentes ou reduzidos»³¹.

No relatório do ano económico seguinte, em 1934/35, Leite Pinto não se limita a reafirmar a realidade acima descrita, dedicando-se simultaneamente a analisar as consequências para o país dessa mesma constatação,

«Não tem sido possível promover a representação portuguesa em congressos científicos a não ser em casos muito raros. Representa esse facto um grave prejuízo na expansão da nossa cultura. O nosso País deve estar presente nos congressos científicos, mormente quando o pode fazer com apresentação de comunicações. A ausência aos congressos desprestigia o País e cerceia-lhe autoridade, desfazendo no espírito dos colegas estrangeiros e dos próprios governos dos países onde os congressos se realizam a boa impressão que, por outras razões, possam ter e vão tendo de Portugal.

³¹ (JEN, 1935: 12).

É insuficiente a verba de que a Junta dispõe e como as Faculdades já não dispõem dela para congressos, as possibilidades de assegurar a representação do nosso País são deminutas»³².

Este reconhecimento conferido à participação em congressos científicos na expansão da cultura portuguesa, onde se inclui necessariamente a divulgação da ciência produzida internamente, induz a Junta a procurar soluções susceptíveis de alterar os valores registados³³. Deste modo, por um lado, Leite Pinto defende a ideia, no ano económico de 1933/34, de insistir para que sejam restituídas às universidades as verbas que até 1931/32 lhes permitiam assegurar, dentro de certos limites, a representação portuguesa em congressos científicos³⁴.

Por outro lado, como se verifica pela **Tabela 2**, na orgânica interna da instituição encontram-se mecanismos para garantir uma representação internacional mais condigna da ciência produzida em Portugal. Consistem esses mecanismos na procura de que os subsídios concedidos à margem daqueles que visavam exclusivamente a “Representação em Congressos” também promovessem a representação em causa.

Embora neste momento não nos seja possível aferir plenamente o alcance desta estratégia, por ainda não termos concluído a sua análise, pelos valores entretanto recolhidos verificamos haver 5 congressos e reuniões científicas internacionais frequentadas por cientistas portugueses beneficiando de apoios tão diversos quanto sejam “Bolsas de Estudo no Estrangeiro”, “Missões de Estudo de Curta Duração” e “Leitorados”³⁵.

Se na perspectiva dos beneficiários a participação num evento desta natureza, constituindo uma actividade extra a descrever no *Resumo de actividade*³⁶, contribuía para a justificação da bolsa que lhes havia sido concedida, na óptica da Junta o investimento nas práticas atrás mencionadas era capitalizado de um modo mais global do que a simples subsídio da presença nacional num determinado congresso.

³² (JEN, 1938: 13).

³³ Atenda-se que os valores em questão respeitam somente à representação nacional em congressos e conferências científicas sob o enquadramento da JEN, presenciando a comunidade científica portuguesa da época, com ou sem apoios estatais, um número muito superior de congressos nacionais e internacionais (LOPES, 2010).

³⁴ (JEN, 1935: 12).

³⁵ (JEN, 1930: 64-65, 134), (JEN, 1934: 196-197), (JEN, 1935: 243-245).

³⁶ *Ibid.*

De facto, a presença de um bolsheiro no estrangeiro, por exemplo enquanto leitor, permitiria, além da execução da actividade previamente definida para esse cargo, uma mais fácil deslocação a um ou vários congressos ou conferências a realizar no país de acolhimento. Tomemos como exemplo Joaquim Figanier e verifiquemos como o IV Congresso Internacional de Linguística Românica, em que participou com uma comunicação, ocorreu precisamente na cidade de Bordéus, em cuja Faculdade de Letras era leitor de Português³⁷. Também Augusto Machado e Costa assiste a duas reuniões científicas em Itália durante o estágio de 3 meses que efectua nesse país em 1933³⁸.

As actividades complementares às funções inerentes ao cargo de bolsheiro amenizariam os custos à partida superiores destes subsídios³⁹. Nesta perspectiva, urge confirmar se é coincidência que Joaquim Figanier e Augusto Machado e Costa, assistindo a 3 congressos de carácter internacional, o tenham feito em 1933 e 1934, quando a presença nacional em eventos dessa natureza, subsidiada para esse fim pela Junta, atingiu os valores mais baixos de sempre, de 1% e 0% respectivamente⁴⁰.

³⁷ (JEN, 1935: 243-245).

³⁸ (JEN, 1934: 196-197).

³⁹ Por exemplo, em 1932/33 Machado e Costa usufrui de um subsídio de 9.500\$00 durante o seu estágio de 3 meses na Itália, onde assiste às reuniões científicas já referidas, enquanto a Charles Lepierre, professor do Instituto Superior Técnico, a fim de se deslocar à Checoslováquia para participar no XII Congresso de Química Industrial, é concedido um subsídio de 2.000\$00 (JEN, 1934: 196-197, 200). Futuramente actualizar-se-ão estes e outros valores que se seguem, comparando-os com os subsídios actualmente concedidos por organismos estatais como a Fundação para a Ciência e Tecnologia.

⁴⁰ Valor idêntico, neste caso de 0%, só foi igualado no primeiro ano de funcionamento da Junta, em 1929.

Subsídios da JEN na representação nacional em congressos científicos: Áreas temáticas

TABELA 3⁴¹

Financiamento da JEN para a Representação Portuguesa nos Congressos e Conferências Científicas Nacionais e Internacionais (1929-10/04/36): Áreas Abordadas

| Classificação | N.º de Áreas Abordadas nos Congressos e Conferências | N.º de Áreas Abordadas nos Congressos e Conferências com Representantes Subsidiados pela JEN | N.º de Áreas Abordadas nos Congressos e Conferências com Representação Usfruindo de Apoio da JEN Diverso da "Representação em Congressos" |
|--------------------------|--|--|---|
| 0 Generalidades | 76 | 0 | 0 |
| 1 Filosofia | 7 | 1 | 0 |
| 2 Teologia | 20 | 0 | 0 |
| 3 Demografia. Sociologia | 8 | 0 | 0 |
| 3 Economia | 12 | 1 | 0 |
| 3 Direito | 32 | 2 | 0 |
| 3 Educação | 33 | 5 | 0 |
| 3 Etnologia. Etnografia | 3 | 0 | 0 |
| 5 Mat.; Astro.; F/Q. | 56 | 2 | 0 |
| 5 Geo.; Bio.; Bot.; Zoo. | 49 | 5 | 2 |
| 6 Medicina | 180 | 9 | 2 |
| 6 Engenharia | 10 | 0 | 0 |
| 6 Ciências Agrárias | 28 | 0 | 0 |
| 7 Arte. Desporto | 26 | 2 | 0 |
| 8 Língua; Literatura | 20 | 1 | 1 |
| 9 Arqueologia; Pré-Hist. | 13 | 1 | 0 |
| Outros | 52 | 0 | 0 |
| Total | 625 | 29 | 5 |

⁴¹ Vd. notas 27, 28 e 29. "Classificação" baseada na CDU – *Classificação Decimal Universal: Tabela de Autoridade* (ALMEIDA; SANTOS, 2005).

Neste momento impõe-se perceber quais os temas a que a JEN dedicou maior atenção nos congressos científicos ocorridos no período considerado. De notar que frequentemente os mesmos compreendiam diversas áreas temáticas, daí que, efectuando um necessário desdobramento para evitar resultados falaciosos, os valores totais patenteados na **Tabela 3** excedam o número exacto de congressos ocorridos.

Uma análise mais imediata revela-nos, desde logo, que a Junta subsidiou a presença nacional sobretudo em congressos e conferências de Educação e Medicina, não esquecendo as áreas das Ciências Geológicas, Biológicas, de Botânica e de Zoologia. Relativamente à primeira área temática mencionada, constata-se que entre 33 congressos ocorridos, os portugueses, concretamente José Júlio Bettencourt Rodrigues, José Joaquim de Oliveira Guimarães e Luís da Silva Viegas, contaram com o apoio da JEN para participar em cinco⁴², o que corresponde a uma das mais elevadas taxas de participação enquadrada pelo organismo em causa – 15% do número de subsídios atribuídos.

De notar que esta presença, ocorrendo exclusivamente em congressos internacionais, se registou em todo o período de funcionamento da Junta, indiciando que mesmo com a aprovação da nova Constituição em 1933⁴³ não deixou este organismo estatal de procurar promover a actualização de conhecimentos no campo pedagógico/educativo. Uma análise mais fina revela-nos, contudo, que para a participação nos Congressos Internacionais do Ensino Secundário, ocorridos em 1929, 1930, 1931, 1932 e 1934⁴⁴, apenas foram disponibilizados fundos em 1930 e 1931.

No congresso de 1930, como referido, realizado na Bélgica, interveio José Júlio Bettencourt Rodrigues. No seu Relatório enviado à Junta, o delegado português refere aí ter-se debatido "o surmenage dos alumnos no ensino secundario" e "a organização dos estabelecimentos de ensino secundario sob os pontos de vista didactico,

⁴² José Júlio Bettencourt Rodrigues participou no XII Congresso Internacional do Ensino Secundário, na Bélgica em 1930, e no XIII Congresso Internacional do Ensino Secundário, na França em 1931 (JEN, 1930: 134; JEN, 1933: 284-285); José Joaquim de Oliveira Guimarães tomou parte, em Genebra, na IV Reunião do Bureau Internacional de Educação, em 1933, e na IV Conferência Internacional da Instrução Pública, em 1935 (JEN, 1935: 249) e (JEN, 1938: 167); Luís da Silva Viegas foi delegado do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras ao VI Congresso Internacional para o Ensino Comercial, realizado em Praga, em 1935 (JEN, 1938: 167).

⁴³ (Rosas, 1996: 198-205).

⁴⁴ *Labor. Revista Bimestral de Educação e Ensino e Extensão Cultural*. N.º 17. 1929: 31-32; JEN, 1930: 134-135; JEN, 1933: 284-285; *Labor. Revista Mensal de Educação e Ensino e Extensão Cultural*. N.º 39. 1932: 17-19; *Labor. Revista Mensal de Educação e Ensino e Extensão Cultural*. N.º 54. 1934: 417-418.

estético e higienico”⁴⁵. No primeiro ponto da ordem de trabalhos, visando analisar as causas da fadiga intelectual dos alunos do secundário, foi debatida a eventual sobrecarga dos programas e dos horários no sistema de ensino dos países representados, e a possível má organização dos exames⁴⁶. Dando-nos conta da sua intervenção nos trabalhos, nas suas palavras “... merecendo de alguns dos principaes jornaes da Belgica referencias extremamente honrosas”⁴⁷, termina o Relatório manifestando o desejo de ver concretizado o “... honroso convite do Bureau International para a realização do proximo Congresso em Lisboa...”⁴⁸.

Embora o XIII Congresso Internacional do Ensino Secundário não tenha vindo a ocorrer em terras lusas, mas sim em Paris, no ano de 1931, o mesmo intelectual voltou a participar com comunicações⁴⁹. Fundamental será destacar que a sua intervenção pública associada a estes eventos não se cingiu às apresentações em causa.

Tomando como exemplo exploratório o congresso de 1930, pela continuação da análise do seu processo no arquivo do Instituto Camões, deparamo-nos com duas brochuras onde são publicadas as intervenções do delegado português, as quais são distribuídas pelos liceus nacionais⁵⁰, e ainda com a seguinte nota informativa, que transcrevemos na íntegra:

«Conferências

Nos dias 8 e 12 do corrente, pelas 21 horas e meia, realizará duas conferências na ‘Sala Algarve’ da Sociedade de Geografia o ilustre professor e notável conferencista Dr. José Júlio Rodrigues, que versará na sua primeira conferência os assuntos debatidos no último Congresso Internacional do Ensino Secundário, realizado em Bruxelas, o surmenage, os edifícios e as instalações escolares sob o tríplice aspecto higiénico, estético e pedagógico. Na sua segunda conferência analisará Sua Excelência as bases da organização do nosso ensino secundário e traçará o plano de estudos que se lhe afigura mais conforme com as correntes modernistas preconizadas nos mais notáveis centros

⁴⁵ (AIC: 0460, 09, 6, 3). De ora em diante os documentos do Arquivo do Instituto Camões serão representados pelas iniciais AIC, a que se seguem quatro grupos de dígitos, separados por vírgula, representando: caixa, processo, documento e página.

⁴⁶ (AIC: 0460, 09, 6, 3).

⁴⁷ (AIC: 0460, 09, 6, 5).

⁴⁸ (AIC: 0460, 09, 6, 10).

⁴⁹ (JEN, 1933: 284-285).

⁵⁰ As suas comunicações, intituladas “Le Surmenage” e “Dynamique de l’Enseignement Secondaire”, são publicadas logo no ano de 1930 pela editora lisboeta Imprensa Beleza e a sua difusão pelos liceus portugueses já estava a ocorrer em Agosto do mesmo ano, quando da elaboração do Relatório do bolsheiro (AIC: 0460, 09, 6, 7, 12 e 17).

de actividade pedagógica do mundo. Como se vê deste resumido enlenco, trata-se de problemas do maior interesse para o público e que estão na ordem do dia do nosso ensino secundário. Os cartões de admissão requisitam-se na Sociedade de Geografia e no liceu de Passos Manuel»⁵¹.

O próprio Bettencourt Rodrigues, no seu Relatório enviado à JEN, aponta exactamente algumas das questões que se propõe abordar nas conferências aludidas. Afirmando ter passado a manhã de 26 de Julho, portanto, do último dia do Congresso Internacional do Ensino Secundário, no dispensário de Higiene Mental de Bruxelas, com o seu director Dr. Vermeulen, aí assistiu

«(...) á organização de fichas mentaes e ao exame de anormaes. Estudei os tests organisados por este eminente clinico e convenci-me, de visu, dos inapreciaveis serviços de orientação pedagogica que taes estudos podem prestar applicadas á massa imensa de alunos das nossas escolas secundarias. De tudo isso me proponho dar conta minuciosa nas minhas proximas conferencias de Outubro, na Sociedade de Geographia de Lisbôa, analisando nos seus mais intimos detalhes estas e outras questões de primeiro interesse para o nosso ensino publico»⁵².

Concluindo, durante o funcionamento da JEN, pelo menos nos seus primeiros anos, ao apoio institucional para a participação activa de alguns conferencistas portugueses em congressos educativos internacionais, junta-se a capacidade destes em publicar as suas comunicações em editoras nacionais e em difundi-las pelos estabelecimentos de ensino do país, além de proferir conferências públicas. Estas últimas, ao ocorrerem num espaço de consagração intelectual e científica como a Sociedade de Geografia de Lisboa⁵³, mostram-nos como a divulgação interna das novidades, ou de determinadas novidades, apreendidas além fronteiras era entendida como preponderante para a instrução pública.

Encontrando-se a actividade da Junta de Educação Nacional e do Instituto para a Alta Cultura praticamente ausente das agendas de investigação da historiografia portuguesa, é imperioso analisar em termos semelhantes aos agora efectuados a política do novo organismo surgido em Abril de 1936. Os seus resultados, comparados aos

⁵¹ (AIC: 0460, 09, 6, 22).

⁵² (AIC: 0460, 09, 6, 10).

⁵³ (Paulo, 1996: 939-941).

obtidos para a JEN, permitir-nos-ão perceber se o magistério de Carneiro Pacheco implica ou não um corte com esta política de subsidiar, em níveis relativamente relevantes, a presença de pedagogos portugueses em congressos educativos internacionais e com a capacidade destes em divulgar internamente as novidades apreendidas no estrangeiro⁵⁴.

As conclusões a retirar desse estudo comparativo não nos deverão, ainda assim, desviar a atenção do facto de em 1932 e 1934 a participação portuguesa nos Congressos Internacionais do Ensino Secundário já não beneficiar dos subsídios da Junta, donde resulta importante perceber se há outras causas, além da escassez de recursos, a impelir a acção deste organismo, numa fase posterior, nesse (novo) sentido ou, numa outra perspectiva, por que razão os poucos recursos empregues no item “Representação da ciência portuguesa em congressos e conferências científicas” deixam de ser canalizados para aqueles acontecimentos.

Relativamente aos congressos de Medicina é de destacar que embora a participação nacional subsidiada pela Junta somente se salde nos 5%, tal registo deve-se ao facto de esta ser a área temática cuja comunidade científica mais vezes se reúne entre 1929 e Abril de 1936. Como constatámos na nossa recolha de dados, realizaram-se 180 congressos, conferências e reuniões científicas nacionais e internacionais em que a área da Medicina foi abordada, o que constitui um valor muito superior a qualquer outro registado⁵⁵.

José Manuel Sánchez Ron, ao analisar a investigação científica em Espanha desde a revolução de 1868 até ao Consejo Superior de Investigaciones Científicas⁵⁶, afirma ser a saúde uma das obrigações de um Estado, daí os vários regimes políticos em Espanha lhe terem conferido especial atenção⁵⁷. Esta argumentação ajuda a explicar o porquê da comunidade científica conseguir realizar um número tão elevado de congressos e conferências na área das Ciências Médicas – beneficiando do cientismo, na perspectiva do Estado e da sociedade a comunidade médica intervém

⁵⁴ Naturalmente que, verificando-se um prolongamento da política em causa, este estudo só ficará completo com a análise comparativa das mensagens veiculadas nos diferentes períodos, de modo que nos permita identificar quais as novidades pedagógicas divulgadas e quais as omitidas.

⁵⁵ Vd. Tabela 3.

⁵⁶ O Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC) foi criado pela lei de 24 de Novembro de 1939, substituindo a JAE. No entender de Sánchez Ron, contudo, com este novo organismo houve um estreitamento ideológico que, afastando a ciência espanhola do contexto internacional, contribuiu decisivamente para que a investigação científica realizada em Espanha decaísse substancialmente (Sánchez Ron, [s.d.]: 1-6).

⁵⁷ (Sánchez Ron, [s.d.]: 1-6).

visando a promoção da saúde pública e privada, donde concorre o apoio de um e outra à sua maior participação na esfera pública⁵⁸.

Os portugueses presentes nestas celebrações científicas, usufruindo do apoio da JEN, foram 6 e em conjunto participaram em 9 congressos, o que constitui em termos absolutos o investimento mais relevante desta instituição. São eles Augusto Pires Celestino da Costa⁵⁹, Francisco Benard Guedes⁶⁰, Geraldino da Silva Baltazar Brites⁶¹, Arnaldo Abranches de Almeida Dias⁶², José Júlio Bettencourt Rodrigues⁶³ e Henrique Fragoso Domingues Parreira⁶⁴.

À imagem do ocorrido na Educação, também na área das Ciências Médicas a Junta privilegiou a disponibilização de fundos para congressos com um carácter internacional, o que mostra a preocupação de assegurar a integração da nossa comunidade médica nas redes de comunicação científicas internacionais.

Este argumento é verificado pela análise que Elan D. Louis efectua sobre o Congresso Neurológico Internacional de Berna, em 1931, o qual foi atendido por Almeida Dias. Referindo-se ao facto de este ser o I Congresso Internacional a centrar-se exclusivamente na Neurologia⁶⁵, o autor não apenas defende que isso revela a progressivamente maior especialização da Medicina nos princípios do século passado, como afirma que ao reunir congressistas de 42 países, oriundos da América do Norte e do Sul, da Europa e da Ásia, esse acontecimento facilitou a circulação de ideias entre diversas escolas⁶⁶.

No mesmo ano reuniu-se em Paris o III Congresso Internacional de Radiologia, tendo Francisco Bénard Guedes, no requerimento enviado à Junta em 14 de Maio de 1931, alertado para a sua importância, nomeadamente por aí se irem abordar questões “... como a da Unificação internacional das medidas em radiologia ...”⁶⁷.

⁵⁸ (NUNES, 2010: 20).

⁵⁹ (JEN, 1930: 118-119) e (JEN, 1933: 280-283).

⁶⁰ (JEN, 1930: 132-133) e (JEN, 1933: 286-287).

⁶¹ (JEN, 1932: 193).

⁶² (JEN, 1933: 283-284).

⁶³ (JEN, 1933: 284-285).

⁶⁴ (IAC, [s.d.]: 91-92).

⁶⁵ Antes desta importante reunião científica, já a Neurologia tinha sido abordada noutros congressos internacionais desde 1907. Contudo, em nenhum deles esta área havia assumido a exclusividade dos trabalhos (Louis, 2010: 3).

⁶⁶ Este é um argumento que encontra fundamento nas palavras do próprio presidente do congresso, Bernard Sachs, que na abertura dos trabalhos, em 31 de Agosto de 1931, afirma ser o objectivo primeiro da reunião o estabelecimento de contacto pessoal e a união dos neurologistas de todo o mundo na procura de encontrar soluções para os muitos problemas que lhes prendem a atenção (Louis, 2010: 1-7).

⁶⁷ (AIC: 0493, 27, 1, 2).

Se a unificação decimal de pesos e medidas já vinha ocorrendo pelas diversas nações europeias desde o século XIX, alargando-se progressivamente a novas áreas, como a Biologia, a Química e as Ciências Médicas⁶⁸, ao disponibilizar a Francisco Bénard Guedes, em 25 de Julho de 1931, 3.000\$00 para assistir ao evento mencionado⁶⁹, com conhecimento antecipado do que aí iria ser abordado, a JEN revela como a Medicina consistia numa das suas principais prioridades.

A JEN na atracção da comunidade científica internacional ao espaço público português

De tal modo a Medicina é importante para a Junta que a sua acção, na área da Anatomia, é exercida no sentido de atrair a comunidade científica internacional a Portugal. Sigamos alguns passos conducentes a essa realidade, evidenciados na pessoa de Celestino da Costa.

Tendo sido subsidiado para participar no III Congresso Federativo de Anatomia, na Holanda, em 1930, Celestino da Costa afirma no seu relatório enviado à Junta, em Dezembro desse ano, que esse encontro agrupou, entre outras sociedades anatómicas, a Association des Anatomistes, em cuja reunião

«(...) foi resolvido, por proposta minha, entusiasticamente recebida, que o congresso desta Associação se reúna brevemente em Lisboa. Estando já marcado o ano de 1931 para Varsovia e de 1932 para uma cidade francesa, fixou-se a reunião de Lisboa para a Pascoa de 1933. É de esperar que tanto a Faculdade de Medicina de Lisboa, como o Governo e a Junta de Educação Nacional patricionarão energicamente a reunião deste congresso»⁷⁰.

Celestino da Costa volta a beneficiar da ajuda financeira da JEN para tomar parte nestes acontecimentos, isto é, na XXVI Reunião da Association des Anatomistes, na Polónia, em 1931, e na XXVII Reunião da mesma associação, em 1932, na França⁷¹. No seu *Resumo de Actividade* para 1931/32, refere que no encontro em Varsóvia, além dos trabalhos científicos, houve uma reunião administrativa, onde se resolveu

⁶⁸ (Nunes *et al.*, 2004).

⁶⁹ Resolução da Comissão Executiva da JEN em sessão de 25 de Julho de 1931 (AIC: 0493, 27, 5).

⁷⁰ (AIC: 0498, 01, 16, 4).

⁷¹ JEN, 1933: 280-283.

“... realizar em Nancy a reunião seguinte; mas assentou-se também, sobre minha proposta calorosamente aprovada, que em Lisboa se efectuasse a reunião de 1933”⁷². Após esta afirmação acrescenta mesmo que “Esta importante resolução estava preparada desde anos anteriores; a minha ida a Varsovia, apesar da época tão incómoda, tivera principalmente por fim assegurar a realização desse projecto”⁷³.

No mesmo *Resumo*, ao referir-se posteriormente ao Congresso de Nancy, afirma que “Na reunião administrativa foi definitivamente fixada, entre aclamações, a cidade de Lisboa como sede do Congresso de 1933, nas férias da Pascoa”⁷⁴.

Face a este prolongado percurso, compreende-se que finalmente, em ofício de 25 de Julho de 1932, Celestino da Costa, enquanto Secretário-Geral da Comissão Organizadora do Congresso da Associação dos Anatomistas, se dirija ao presidente da JEN nos seguintes termos:

«Em abril do proximo ano de 1933 realiza-se em Lisboa o [XXVIII] Congresso da 'Association des Anatomistes' da qual fazem parte 26 anatómicos e histologistas portugueses. [...] Portugal foi escolhido para sede desta reunião como homenagem aos esforços dos nossos anatómicos e histologistas. Importa não só apresentar trabalhos valiosos, como também receber condignamente os nossos visitantes. A assistencia costuma ser duma centena de associados, entre os quais se contam figuras eminentes da Anatomia e da Histologia de vários paizes. Reconhecendo a utilidade deste Congresso o Estado votou-lhe um subsidio que é porem insuficiente. Dirige-se, por esse facto, á Junta a Comissão Organizadora, solicitando que subsidie o Congresso, como tem já subsidiado outros, e atribuindo-lhe a verba de 15.000\$00»⁷⁵.

Perante este pedido, a Comissão Executiva da Junta resolve em sessão de 26 de Julho de 1932 conceder um subsidio de 10.000\$00 para a concretização do projecto⁷⁶. Se neste momento a verba atribuída era inferior à solicitada pela Comissão Organizadora, Celestino da Costa consegue obter para o Instituto de Histologia e Embriologia da Faculdade de Medicina de Lisboa, do qual era director e onde vêm a decorrer as sessões de comunicações, mais 6.000\$00 da JEN em

⁷² (AIC: 0538, 19, 2, 1).

⁷³ (AIC: 0538, 19, 2, 1).

⁷⁴ (AIC: 0538, 19, 2, 3).

⁷⁵ (AIC: 1222, 16, 1).

⁷⁶ (AIC: 1222, 16, 2).

15 de Outubro de 1932 especificamente “... para aquisição de material científico necessário para a boa execução das sessões científicas da Reunião da Association des Anatomistes”⁷⁷.

Articulando comunicações científicas no Instituto de Histologia e demonstrações no Instituto de Anatomia Patológica de Lisboa com um programa social que conduziu os congressistas desde locais emblemáticos dos descobrimentos portugueses, como o Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém, até aos Institutos de Anatomia e de Histologia do Porto, este congresso divulgou a imagem de um país conciliador de um passado grandioso com um presente que não olvidava os altos estudos. Ilustrativas dessa realidade são, entre outras, as palavras inscritas por H. Billet no *Journal des Sciences Médicales* de Lille, em 14 de Maio de 1933, merecedoras da sua reprodução no *Arquivo de Anatomia e Antropologia*:

«Entre eles, muitos não ficaram pouco surpreendidos de encontrar, nos Institutos de Anatomia de Lisboa e do Porto, instalações muito superiores às que os próprios possuíam, de aprender e verificar, visualmente, que em Portugal os poderes públicos subvencionam generosamente o ensino superior»⁷⁸.

As outras ocasiões em que a Junta fez uso da prerrogativa definida no Art. 83.º do seu Regulamento⁷⁹ ocorreram em 1930 e, reportando-se novamente a eventos de carácter internacional, não deixaram de conciliar ciência e cultura sob a omnipresença do poder político. Em 29 de Junho de 1930, a Comissão Executiva resolveu disponibilizar 7.000\$00 para as despesas com o XIII Congresso Internacional de Hidrologia, Climatologia e Geologia Médicas, reunido em Lisboa em Outubro desse ano⁸⁰. De acordo com o Programa Geral, a sessão solene de abertura decorreu na Sala Nobre da Academia das Ciências de Lisboa, sob a presidência do chefe do Estado e com a assistência do governo, em 15 de Outubro de 1930, tendo sido realizadas diversas visitas, nomeadamente a Sintra e ao Mosteiro da Batalha⁸¹.

⁷⁷ (AIC: 1212, 01, 9 e 14).

⁷⁸ *Arquivo de Anatomia e Antropologia*. Vol. XVI. 1934: 486-488. (Tradução nossa).

⁷⁹ “Art. 83.º É lícito à Junta promover e subsidiar a reunião de conferências e congressos científicos em Portugal” (JEN, 1931: 42).

⁸⁰ Egas Moniz, presidente do congresso, havia pedido em ofício de 4 de Junho de 1930 a atribuição de um subsídio não inferior a 15.000\$00 ou 20.000\$00 (AIC: 0538, 04, 1 e 2).

⁸¹ (AIC: 0538, 33. Vd. também “Congresso de Hidrologia, Climatologia e Geologia Médicas” in *Diário de Notícias*. Ano 66.º – N.º 23244, Quarta-feira, 15 de Outubro de 1930: 1.

Ainda em 1930 realizou-se o XV Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Histórica, apoiando também a Junta a sua organização⁸². Tendo a abertura dos trabalhos ocorrido na Universidade de Coimbra, em 21 de Setembro, assistiu-se alguns dias mais tarde no Porto, integrando as solenidades, a uma festa de folclore. Visitando os congressistas Guimarães, o Museu da Sociedade Martins Sarmento e Citânia de Briteiros no dia 28, acaba o congresso a 30 de Setembro com uma visita a Lisboa, nomeadamente ao Museu Etnológico, e ao Museu Etnográfico e Colonial da Sociedade de Geografia⁸³.

Concluindo, dentro das suas limitações financeiras, a Junta procura que parte dos intelectuais-cientistas portugueses consiga que a sua integração nas redes internacionais de comunicação científica atraia ao território português a comunidade internacional.

De modo não surpreendente, este seu papel não se confina aos bastidores, passando para a opinião pública por intermédio de suportes diversos. Em 1934, Vítor Fontes, num artigo inserido na secção das “Notícias e comentários” do *Arquivo de Anatomia e Antropologia*, publica que

«O Ministério da Instrução Pública concedeu para a realização deste certâmen [XXVIII Reunião da Association des Anatomistes] uma subvenção. Prestaram também o seu auxílio a Comissão de Turismo e Propaganda de Portugal (do Ministério dos Negócios Estrangeiros), a Sociedade de Propaganda de Portugal e a Junta de Educação Nacional»⁸⁴.

No dia 6 de Março do mesmo ano, numa conferência lida no Instituto de Estudos Portugueses da Universidade de Santiago de Compostela, e posteriormente publicada nos *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, Hernâni Monteiro apresenta uma síntese da História, fins e realizações principais da JEN, referindo os subsídios atribuídos para a concretização em Portugal da reunião da Association des Anatomistes e dos congressos internacionais de Antropologia e de Hidrologia e Climatologia Médicas⁸⁵. Relativamente a este último, ainda se podem encontrar referências ao Presidente da Junta de Educação Nacional como um dos seus membros de honra,

⁸² JEN, 1930: 161. Pela análise do processo respeitante à realização deste congresso (AIC: 0538, 34) sabemos que a Comissão Organizadora solicita a concessão de um subsídio de 20.000\$00, em ofício datado de 29 de Julho de 1930. Contudo, nem nesse processo nem nas actas das sessões da Comissão Executiva da Junta encontramos o valor do subsídio concedido.

⁸³ Vd. o Programa Geral deste congresso em (AIC: 0538, 34).

⁸⁴ (Fontes, 1934: 468).

⁸⁵ (Monteiro, 1936: 246-254, 50-64, 122-128).

quer no periódico *A Medicina Contemporânea*, de 12 de Outubro de 1930, como nas brochuras distribuídas quando da sua realização⁸⁶.

Os cientistas subsidiados – perfil e requisitos a cumprir

Como notas finais, verificamos que foram 38 as presenças portuguesas subsidiadas pela Junta visando a participação em 28 congressos e conferências científicas, donde resulta uma média de 1 congressista por evento⁸⁷. Dois destes participantes são mulheres, Judite Furtado Coelho, que assiste ao VII Congresso Internacional de Educação Física, em Bruxelas, em 1935⁸⁸, e Maria Irene Leite Valente da Costa, que participa no XII Congresso Internacional de Zoologia, realizado em Lisboa, em Setembro do mesmo ano⁸⁹.

Numa perspectiva comparada com a actuação da JAE, torna-se interessante constatar como relativamente à subsidiação da presença espanhola em congressos internacionais, neste caso de Higiene Escolar, este organismo somente apoiou cientistas do sexo masculino. Tal política dever-se-ia ao entendimento de que a participação em acontecimentos desta natureza, ao invés do desfrute de bolsas de estudo em grupo ou mesmo individuais, pressupunha um elevado nível de especialização e exigência. Daí também que estes subsidiados integrassem as elites profissionais, como sejam professores da Escola de Estudos Superiores do Magistério ou inspetores médico-escolares⁹⁰.

A JEN, por seu lado, não somente apoia a presença feminina, embora pontual e não em congressos de Higiene Escolar, como subsidia desde professores catedráticos a estudantes universitários. De facto, se Celestino da Costa ou António Pereira Forjaz já são catedráticos quando obtêm apoio da JEN para participar em congressos internacionais⁹¹, Amílcar de Magalhães Mateus, Arnaldo da Fonseca Roseira,

⁸⁶ *A Medicina Contemporânea. Hebdomadário Português de Ciências Médicas*. III Série. Ano XLVIII. N.º 41. 12 de Outubro de 1930: 357-358. Um exemplar destas brochuras disponibilizando informações diversas sobre o congresso encontra-se em (AIC: 0538, 33).

⁸⁷ Vd. (JEN, 1931: 115-116), (JEN, 1930: 111-161), (JEN, 1932: 185-245), (JEN, 1933: 263-339), (JEN, 1934: 189-202), (JEN, 1935: 238-249), (JEN, 1938: 156-169), (IAC, [s.d.]: 73-95).

⁸⁸ (JEN, 1938: 166-167).

⁸⁹ (JEN, 1938: 167).

⁹⁰ (Martínez, 2007: 167-190).

⁹¹ Celestino da Costa era catedrático da Faculdade de Medicina de Lisboa (AIC: 1367, 15, 2); António Pereira Forjaz, usufruindo do apoio financeiro da Junta para participar no XI Congresso de Química Industrial, em Paris, em 1931, e no XII Congresso de Química Industrial, em Praga, em 1932, era pro-

Manuel Cabral de Resende Pinto, Jorge Alberto Martins de Alte, José Afonso Pires e a própria Maria Irene Leite Valente da Costa são apenas estudantes universitários, em Lisboa ou no Porto, quando a JEN lhes subsidia a participação no XII Congresso Internacional de Zoologia, em 1935, em Lisboa⁹².

A explicação para esta realidade encontra fundamento nas palavras do próprio primeiro secretário da Junta, Simões Raposo, quando no *Relatório dos trabalhos efectuados em 1929/1930* afirma que esta organização estatal “... procura auxiliar tanto a criação de novas personalidades activas e de novos valores intelectuais como a melhoria dos que já existem...”⁹³.

Esta ideia não se compadece, contudo, com uma presença passiva nos congressos científicos, o que se por um lado está conforme o Regulamento da instituição⁹⁴, por outro lado, encontra concretização na sua prática – quer os estudantes universitários mencionados, no Congresso Internacional de Zoologia em Lisboa, quer Celestino da Costa, no III Congresso Federativo de Anatomia, em Amesterdão, e nas Reuniões da Association des Anatomistes, em Varsóvia e Nancy, quer António Pereira Forjaz, nos Congressos de Química Industrial, em Paris e Praga, não se limitam a assistir aos trabalhos, apresentando comunicações⁹⁵. Na realidade, nesta particularidade a JEN mostra uma exigência assinalável, registando-se entre as 38 presenças portuguesas subsidiadas em congressos 27 que apresentam comunicações ou relatórios⁹⁶.

Se recordarmos que a representação nacional em congressos científicos internacionais, com apresentação de comunicações, era entendida pela Junta como fundamental na expansão da nossa cultura, nomeadamente da cultura científica, e consequentemente no aumento de prestígio e de autoridade do país entre os cientistas e governos estrangeiros⁹⁷, compreendemos que a exigência em causa assentaria, na sua última instância, não na premência em valorizar o indivíduo *de*

fessor catedrático de Química na Faculdade de Ciências de Lisboa (JEN, 1933: 272-273) e (JEN, 1934: 199-200).

⁹² (JEN, 1938: 167).

⁹³ (JEN, 1930: 13).

⁹⁴ “Art. 72.º A Junta esforçar-se há para que nenhum congresso ou conferência científica internacional, reconhecidamente importante, deixe de ter representação portuguesa, tão numerosa quanto possível e constituída por pessoas de provada competência científica e que apresentem trabalhos originais de valor” (JEN, 1931: 41-42).

⁹⁵ (JEN, 1938: 167), (JEN, 1930: 118-119), (JEN, 1933: 272-273, 280-283), (JEN, 1934: 199-200).

⁹⁶ (JEN, 1930: 118-119, 133-134), (JEN, 1932: 193), (JEN, 1933: 272-273, 280-288), (JEN, 1934: 199-201), (JEN, 1935: 249), (JEN, 1938: 167) e (AIC: 0493, 24 e 27), (AIC: 0497, 10) e (AIC: 1221, 12) e *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* XVI: 610.

⁹⁷ (JEN, 1938: 13).

per si, mas na valorização da nação como um todo. A este propósito atenda-se às palavras de Agostinho de Campos, vice-presidente da Junta, que servindo de presidente afirma:

«Na interpretação e execução das leis e regulamentos que determinam a actividade da Junta de Educação Nacional, o interesse geral da Nação sobrelevará sempre a quaisquer conveniências individuais. Os interessados têm de compenetrar-se de que o único ou o verdadeiro interessado é a comunidade nacional; e cada um deve pensar mais em aceitar e cumprir obrigações, do que em alegar e defender direitos»⁹⁸.

Conclusão

A atuação da Junta de Educação Nacional, visando a renovação pedagógica, científica e económica de Portugal, foi seriamente comprometida pelos escassos recursos financeiros de que dispôs ao longo da sua existência. Assim, a representação nacional em congressos e conferências científicas internacionais sob o seu enquadramento, apesar de alguma relevância na Medicina e Educação, não foi tão elevada quanto se desejaria. Ao subordinar, dentro das possibilidades, a representação portuguesa em congressos científicos internacionais à presença de delegações com trabalhos originais, patrocinando a realização de alguns desses congressos em Portugal e incluindo nos seus extensos programas sociais deslocações a espaços associados à fundação e ao passado histórico áureo das descobertas marítimas, o Estado, por intermédio da Junta, pretendia fazer passar a ideia de que num país de longa História e ricas tradições, *agora* preservadas, a senda do progresso científico não havia caído no esquecimento.

Fontes e Bibliografia Referenciada

Fontes

- AIC – Arquivo do Instituto Camões (Junta de Educação Nacional).
 CAETANO, Marcelo – “A Junta de Educação Nacional” in *Nação Portuguesa. Revista de Cultura Nacionalista*. Série V. Tomo II. Fascículo 8. Lisboa, 1929. Pp. 167-169.

⁹⁸ “Edital dos concursos para a concessão de bolsas de estudo fora do País” enviado para o *Diário do Governo* no começo do ano económico de 1929/1930 (JEN, 1931: 121-122).

- CAMPOS, Agostinho de – “Junta de Educação Nacional” in *Diário de Notícias*. Ano 66.º – N.º 23007, Segunda-feira, 17 de Fevereiro de 1930. Pág. 1.
 “Congresso de Hidrologia, Climatologia e Geologia Medicas” in *Diário de Notícias*. Ano 66.º – N.º 23244, Quarta-feira, 15 de Outubro de 1930. Pág. 1.
Diário do Governo. I Série – N.º 84, Sábado, 11 de Abril de 1936.
 FONTES, Vitor – “XXVIII.ª Reunião da Association des Anatomistes e I.ª da Sociedade Anatómica Portuguesa – Lisboa, 10-12 de Abril de 1933” in *Arquivo de Anatomia e Antropologia*. Vol. XVI. Lisboa, 1934. Pp. 467-495.
 IAC – Instituto para a Alta Cultura: *Relatório dos trabalhos efectuados em 1936*. Coimbra, [s.d.].
 JEN – Junta de Educação Nacional: *Relatório dos trabalhos efectuados em 1928-1929*. Lisboa, 1931; 1929-1930. Lisboa, 1930; 1930-1931. Lisboa, 1932; 1931-1932. Lisboa, 1933; 1932-1933. Lisboa, 1934; 1933-1934. Coimbra, 1935; 1934-1935. Coimbra, 1938.
 Livro de Actas da Comissão Executiva da Junta de Educação Nacional (acta da vigésima terceira sessão, 21 de Julho de 1930, pp. 35-36v. – acta da vigésima quarta sessão, 22 de Setembro de 1930, pp. 36v-51).
 MONTEIRO, Hernâni – “A Junta de Educação Nacional: sua História; seus Fins; suas Realizações Principais” in *Anais da Faculdade de Ciências do Pôrto*. Pôrto: Imprensa Portuguesa, 1936. Vol. XX – N.º 4. Pp. 246-254; Vol. XXI – N.º 1. Pp. 50-64; Vol. XXI – N.º 2. Pp. 122-128.
 Revistas editadas em Portugal (de 1929 a 1937): *A Medicina Contemporânea-Hebdomadário Português de Ciências Médicas; Actualidades Biológicas; Arquivo de Anatomia e Antropologia; Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; Brotéria; Labor-Revista Bimestral de Educação e Ensino e Extensão Cultural; Lisboa Médica-Jornal Mensal de Medicina e Cirurgia; Portucale-Revista Ilustrada de Cultura Literária, Científica e Artística; Portugal Médico (Arquivos Portugueses de Medicina); Revista Agronómica; Revista da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra; Revista de Química Pura e Aplicada; Técnica-Revista de Engenharia dos Alunos do Instituto Superior Técnico*.
 Revistas editadas no estrangeiro (de 1929 a 1937): *Isis-International Review devoted to the History of Science and Civilization; L'Anthropologie; Le Mois- Synthèse de l'activité mondiale; Nature-A Weekly Illustrated Journal of Science; Revue Archéologique*.

Bibliografia

- ALMEIDA, Ana Cristina; SANTOS, Manuela (coord.) – *CDU. Classificação Decimal Universal. Tabela de Autoridade*. 3.ª ed. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2005.
 CALANDRE HOENIGSFELD, Cristina – “La Junta para la Ampliación de Estudios Republicana Frentepopulista, Represaliada por el Franquismo y Olvidada por la Transición y la Democracia” in *HAOL*, Núm. 16 (Primavera, 2008). Pp. 7-16.
 CARVALHO, Rómulo de – *História do Ensino em Portugal: desde a Fundação da Nacionalidade até o fim do Regime de Salazar-Caetano*. 2.ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.
 CURBERA COSTELLO, Guillermo. Una Mirada Histórica a los International Congress of Mathematicians in *ARBOR Ciencia, Pensamiento y Cultura*. CLXXXIII 725, mayo-junio (2007): 363-371.

- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa; Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia.
- LOBATO, Manuel – Da Comissão de Cartographia ao Instituto de Investigação Científica Tropical, I. *125 Anos de Saber Tropical*. 2008. Disponível on-line em <http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=13670>.
- LOPES, Quintino – *Portugal – 1940. A Internacionalização dos Cientistas do VIII Congresso do Mundo Português* (Dissertação de mestrado em Estudos Históricos Europeus apresentada à Universidade de Évora). Évora, 2010.
- LOUIS, Elan D. – “The conceptualization and organization of the first International Neurological Congress (1931): the coming of age of neurology» in *Brain. A Journal of Neurology*. 2010. Pp. 1-7.
- MAINER, Juan; MATEOS, Julio – “Los inciertos frutos de una ilusionada siembra. La JAE y la Didáctica de las Ciencias Sociales” in *Revista de Educación*, N.º Extraordinario, 2007: “Reformas e innovaciones educativas (España, 1907-1939) En el Centenario de la JAE”. Ministerio de Educación y Ciencia. Pp. 191-214. Disponível on-line em <http://www.revistaeducacion.mec.es/re2007.htm>.
- MARTÍNEZ, Pedro L. Moreno – “Los pensionados de la Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas (JAE) y la Higiene Escolar” in *Revista de Educación*, N.º Extraordinario, 2007: “Reformas e innovaciones educativas (España, 1907-1939) En el Centenario de la JAE”. Ministerio de Educación y Ciencia. Pp. 167-190. Disponível on-line em <http://www.revistaeducacion.mec.es/re2007.htm>.
- NUNES, Maria de Fátima – “As sociabilidades médico-científicas” in *Exposição: Corpo – Estado, Medicina e Sociedade no Tempo da I República*. 2010. Pp. 18-29.
- NUNES, Maria de Fátima; GUELHA, Vera – *Ideia Científica de Europa: Metrologia, Memória e Ciência em Évora*. Casal de Cambra: Caleidoscópico, 2004.
- OCÓN CABRERA, Leoncio López – “Enseñar a investigar: la influencia de Cajal en los laboratorios de la JAE” in *Revista de Educación*, N.º Extraordinario, 2007: “Reformas e innovaciones educativas (España, 1907-1939) En el Centenario de la JAE”. Ministerio de Educación y Ciencia. Pp. 67-89. Disponível on-line em <http://www.revistaeducacion.mec.es/re2007.htm>.
- PAULO, João Carlos – “Sociedade de Geografia de Lisboa” in ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (dir.) – *Dicionário de História do Estado Novo*. Vol. II. Venda Nova: Bertrand Editora, 1996. Pp. 939-941.
- ROSAS, Fernando – “Constituição Política de 1933” in ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (dir.) – *Dicionário de História do Estado Novo*. Vol. I. Venda Nova: Bertrand Editora, 1996. Pp. 198-205.
- ROSAS, Fernando (coord.) – “O Estado Novo (1926-1974)” in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Vol. VII. [S.L.]: Editorial Estampa, D. L. 1994.
- SÁNCHEZ RON, José Manuel – «La Investigación Científica en España: de la revolución de 1868 al Consejo Superior de Investigaciones Científicas”. [s.d.]. Pp. 1-6. Disponível on-line em http://www.cuentayrazon.org/revista/pdf/046/Num046_005.pdf.
- VIÑAO, Antonio – “Presentación” in *Revista de Educación*, N.º Extraordinario, 2007: “Reformas e innovaciones educativas (España, 1907-1939) En el Centenario de la JAE”. Ministerio

de Educación y Ciencia. Pp. 11-20. Disponível on-line em <http://www.revistaeducacion.mec.es/re2007.htm>.

VIÑAO, Antonio – “Reformas e innovaciones educativas en la España del primer tercio del siglo XX. La JAE como pretexto” in *Revista de Educación*, N.º Extraordinario, 2007: “Reformas e innovaciones educativas (España, 1907-1939) En el Centenario de la JAE”. Ministerio de Educación y Ciencia. Pp. 21-44. Disponível on-line em <http://www.revistaeducacion.mec.es/re2007.htm>.

Sites dos Documentos Eletrónicos Consultados (entre 21/03/11 e 23/07/11)

<http://213.58.158.153/OE-1933/1/index.html>.

[http://www.bportugal.pt/EstatisticasWEB/\(S\(phg5bn4St1ufmaqczczksojh\)\)/SeriesCronologicas.aspx](http://www.bportugal.pt/EstatisticasWEB/(S(phg5bn4St1ufmaqczczksojh))/SeriesCronologicas.aspx).